

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO: A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JAGUARIBE NA REGIÃO CENTRO SUL DO ESTADO DO CEARÁ.

Cláudia Ângela de Sousa Pereira¹
Hélis Cristina Alves de Lima²

INTRODUÇÃO

As desigualdades na prestação de serviços referente a recursos ambientais no Brasil, apresenta uma oferta de água diferenciada nas regiões brasileiras e mesos nos casos de muita abundância, surgem cenários de stress ou escassez hídrica.

Para que exista uma equacionalização sobre as disparidades encontradas no Brasil, torna-se necessário ponderar às dimensões naturais, as políticas públicas, a oferta hídrica que passam a acomodar os interesse no uso da água, trazendo nesse sentido, as políticas de recursos hídricos, saneamento e habitação (RIBEIRO, 2009).

Com a promulgação da Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, entra em pauta um novo instrumento de planejamento para o setor do saneamento: os planos de saneamento, que devem ser editados em todas as esferas de governo(BRASIL, 2007).

O plano de saneamento para o âmbito municipal deve ser elaborado e editado pelo titular do serviço e compatível com o plano de bacia hidrográfica no qual o município está inserido (BRASIL, 2007, Art. 19, parágrafos 1º e 3º). Este instrumento de planejamento deve ainda estar em consonância com os princípios da lei: universalização do acesso, integralidade e intersetorialidade das ações e controle social (Art. 2º).

A integração entre instrumentos das políticas de saneamento e de recursos hídricos é prevista na Lei de Saneamento. A Lei 11.445/2007 também prevê a integração do planejamento do setor do saneamento com de outras políticas que envolvem abastecimento de água e proteção de mananciais, a coleta e tratamento de esgotos, a

¹ Especialização em Gestão Educacional e Educação Infantil pela Faculdade Unica de Ipatinga – FUNIP. Servidora Publica do Municipio de Iguatu/CE, claudiaangelaigt@gmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação, pela Universidade Interamericana - Paraguay, Asuncion, Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Gama Filho – UGF. Servidor Público do Municipio de Cedro, helis.lima@edu.ce.senac.br;

drenagem urbana e controle de inundações e, ainda, a coleta e disposição final de resíduos sólidos é importante, pois são justamente esses problemas ou ameaças que tendem a se agravar com a intensificação de eventos hidrológicos extremos que têm sido observados cada vez mais (BRITTO e FORMIGA-JOHNSSON, 2010), além do cenário de desigualdade presente no Brasil.

Pode-se acrescentar que a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), são contemplados na legislação dos recursos hídricos ou saneamento. Entretanto, na prática, a integração entre os setores, a participação social e as tomadas de decisões ainda se encontram em fases de implementações, mesmo que sejam consideradas implementadas, ainda existem componentes importantes para garantir a governança desses sistemas.

Parte-se da premissa da complexidade do conceito de governança da água e seu diálogo com a ciência ambiental e sua conseqüente necessidade de integração e interdisciplinaridade, considerando que os problemas relacionados aos recursos hídricos envolvem várias disciplinas (CASTRO, 2007).

A adoção dos princípios da boa governança da água contribui para a redução das desigualdades e aumento da integração de políticas, acarretando melhora na qualidade do meio ambiente e de vida da população. Nesse sentido, esta pesquisa visa avaliar o processo de elaboração e implementação de planos municipais de saneamento e os avanços contraditórios no estabelecimento de integração das políticas de saneamento e recursos hídricos e participação no processo de planejamento, com o embasamento da governança da água e do GIRH.

METODOLOGIA

A trajetória metodológica a ser desenvolvida no estudo torna-se parte do cotidiano de estudantes e pesquisadores visando impulsionar o aprendizado e o amadurecimento do tema/conteúdo de estudo escolhido. Torna-se necessário trabalhar referências, pontos que possam apoiar e viabilizar a atividade da pesquisa, ou seja, é necessário ter clareza: (a) De onde partir? (Pressupostos ontológicos, epistemológicos, teóricos e compromissos éticos); (b) Aonde deseja chegar? (Objetivos); (c) Quais os caminhos para chegar ao destino? (Método).

De acordo com Minayo (2010, p. 46), a metodologia é “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetos de estudo”.

Para selecionar os instrumentos adequados para o atendimento aos objetivos do estudo, as questões e objetivos foram relacionadas e, ambos, aos dados e informações necessários para a discussão acerca da questão proposta. Os dados coletados são de ordem qualitativa, e as técnicas utilizadas para sua coleta foram: i) coleta de dados bibliográficos e documentais; ii) observação participante; e iii) realização de entrevista semiestruturada com atores relevantes nos municípios. Optou-se por triangulação de dados, com múltiplas fontes, para aferir significância aos resultados (YIN, 2005; GIL, 2002).

REFERENCIAL TEÓRICO

De natureza bastante complexa, as questões ambientais trabalham a interdisciplinaridade e demandam ações integrativas e com a ampliação da comunidade de pares. Na questão dos Recursos hídricos e de saneamento, o cenário torna-se cada dia mais incerto, dentro de imprevisíveis mudanças observadas no mundo.

Por este motivo, entende-se que a multicausalidade, quanto pela interdependência dos campos naturais e sociais, torna a ciência ambiental bastante complexa. O desafio interdisciplinar estabelece cortes transversais dentro das questões que demandam diálogos diversos, lembrando que a metodologia de forma linear causal, torna-se ineficiente para entender problemas complexos.

Neste sentido, para Jacobi, Günther e Giatti (2012, p. 334) “o trabalho interdisciplinar apresenta-se como uma importante contribuição para estabelecer melhores condições para uma lógica de produção mais cooperativa” e que dentro das práticas interdisciplinares mostram o potencial existente a fim de desenvolver pesquisas temáticas que demandam mudanças no comportamento e nas responsabilidades sociais e ambientais.

A crise ambiental atual visa permitir o surgimento de programas interdisciplinares, onde as questões epistemológicas nos diferentes domínios possam ser estudados (MORIN, 2007).

O mundo apresenta questões dinâmicas que de forma bastante tradicional buscam tratar o conhecimento e a compreensão da realidade e a interação entre a sociedade. Nesse sentido, o desafio da complexibilidade é a articulação entre o proporcionado e as categorias cognitivas e os tipos de conhecimentos adquiridos (MORIM, 2007).

A complexibilidade do processo de transformação dentro da atual sociedade, ameaçada de forma crescente e imensamente afetada por inúmeros riscos e agravos ambientais, encontra-se cada dia mais evidente. Nessa complexibilidade, marcada pela degradação permanente no meio ambiente e do ecossistema, envolve um conjunto de atores. De acordo com Jacobi (2005, p.08) “o engajamento de diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar”.

A sustentabilidade que se busca na ciência ambiental trata, principalmente, da disponibilidade de recursos naturais para o atendimento das necessidades básicas das gerações atuais e futuras. Os recursos hídricos são recursos naturais imprescindíveis para a manutenção da vida na Terra, sendo fundamental para todas as atividades humanas. A água é um recurso natural renovável, porém não inesgotável. Sua qualidade e quantidade vêm sendo modificadas ao longo do tempo e do espaço pelas atividades antrópicas (CHRISTOFIDIS, 2002).

Essas atividades impactam diretamente na qualidade da água, pois os corpos de água recebem a contribuição de todas as atividades realizadas no território de sua bacia hidrográfica, considerada como área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída.

Porto e Porto (2008, p. 45) consideram a bacia hidrográfica um ente sistêmico, pois é “onde se realizam os balanços de entrada proveniente da chuva e saída de água através do exutório, permitindo que sejam delineadas bacias e sub-bacias, cuja interconexão se dá pelos sistemas hídricos.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem relacionada ao saneamento dos recursos hídricos, possibilitou conquistas nas estruturas que encontravam-se nos planos, além de ser trabalhado uma abordagem de aprendizagem que influenciou a gestão pública.

Pode-se perceber, que os governants passatam a se mobilizar para sanar dúvidas e trabalhar o saeamento básico da Bacia do Rio Jaguaribe, utilizando-se da gestão dos recursos hídricos oriundas dos repasses Estaduais e/ou Federais.

Conclui-se, portanto, que os planos a serem executados para os município da Bacia do Rio Jaguaribe, possibilitou avanços, entretanto, carece de planejamento sustentável para continuidade. Quando se fala da intergração dos planos entre os Municípios com os instrumentais das políticas públicas, apresentam-se muitas dificuldades dentro das abordagens e em alguns casos fora encontrado planos desatualizados. Percebe-se a necessidade de ações futuras dentro de um cenário comprometido com o desenvolvimento e a qualidade da bacia do Rio Jaguaribe.

Palavras-chave: Recursos Hídricos. Rio Jaguaribe. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei N° 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. 2007.

BRITTO, A.L.; FORMIGA-JOHNSON, R.M. Mudanças Climáticas, saneamento básico e governança da água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: V Encontro Nacional daAnppas, 4-7 out. 2010, Florianópolis: Anppas, 2010.

CASTRO, J.E. Políticas públicas de saneamento e condicionantes sistêmicos. In: Heller L, Castro JE (org.). Política pública e gestão de serviços de saneamento. Ed. Ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, José Esteban Castro 2013; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. P. 53-75.

CHRISTOFIDIS, D. Considerações sobre conflitos e uso sustentável em recursos hídricos. In:Theodoro, SH (org). Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2002 (p. 13-28).

GIL, Antônio C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

JACOBI, P.R. et al. Aprendizagem social e plataformas de agentes múltiplos (multi-agentes) como instrumentos para o aprimoramento da participação social na gvernança da água. In: Jacobi, P. R. et al. (org). Aprendizagem social na gestão compartilhada de recursos hídricos: desafios, oportunidades e cooperação entre atores sociais. São Paulo: Annablume, PROCAM, IEE-USP; Brasília: CNPq, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. GÓMEZ-MINAYO, Carlos. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos e problemas da saúde. In: GOLDENBERG, Paulete. MARSIGLIA, Regina M. G. GOMES, Mara H. A. O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Ed. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2003. p.117-142.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 29º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. MORIN, E. O desafio da complexidade. In: Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2007.

MORIN, E. O desafio da complexidade. In: Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2007.

PORTO, M.F.A.; PORTO, R.L.L. Gestão de bacias hidrográficas. In: Estudos Avançados, v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008.

RIBEIRO, W.C. Impasses da governança da água no Brasil. In: Ribeiro, WC (org). Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009. p. 109-133.

YIN, R.K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 3ª Ed. Porto Alegre: Cook-man, 2005.